PLANEJAMENTO URBANO, PRÁTICAS PARTICIPATIVAS E IDENTIDADE TERRITORIAL RIBEIRINHA NA ORLA FLUVIAL DE BELÉM.

VILAR, Beatriz de Sousa– UFPA – bsvilar@ufpa.br
RIBEIRO, Rovaine– UFPA – rovaine@ufpa.br
SANTOS, Tiago Veloso dos– UFPA – tiveloso@ufpa.br

A orla fluvial de Belém, enquanto síntese de temporalidades diversas, possui também em seu contexto a atuação de diferentes modelos de gestão e planejamento urbanos, empreendidos pelo poder público no âmbito da esfera estadual e municipal[1]. Tais modelos contribuem sobremaneira para as formas de representação e organização deste fragmento da cidade.

Atualmente, observarmos maneiras diferenciadas de atuação dessas esferas de governo nos espaços que compõem a orla fluvial de Belém, diferenças que se manifestam a partir dos parâmetros que constituem os modelos de planejamento e as práticas gestoras implementadas nas intervenções realizadas em outras frações do espaço urbano de Belém.

Para melhor caracterizarmos as ações do poder público tomamos como parâmetro alguns elementos diferenciadores das formas de planejamento indicados e definidos por SOUZA (2002), a saber: a) *idéia força-central, que se refere ao objetivo mais essencial perseguido no âmbito da modalidade de planejamento considerada; b) filiação estética, definida a partir de elementos relacionados principalmente ás formas espaciais decorrentes das intervenções, como questões de traçado e estilo; c) grau de interdisciplinaridade, referente a interface entre disciplinas diferentes como um ponto favorável a efetividade do planejamento e da gestão; d) grau de abertura para com a participação popular, que define o caráter participativo dos diferentes setores sociais; e) o referencial político-filosófico, que define concepções teóricas norteadoras das ações e da concepção de cidade*.

Assim, conquanto se admita que o planejamento sempre é orientado por determinado objetivo e concepções gerais, concordamos com SOUZA (2000, p. 273), para quem estas concepções mais gerais constituem um substrato metateórico[2] da prática do planejamento e gestão urbanos; e demonstram que o objetivo mais essencial perseguido por uma determinada modalidade de planejamento, juntamente com a atitude deste face ao mercado em conjunto com o seu horizonte político-filosófico, define em larga medida a visão de mundo proposta pela modalidade de planejamento em questão.

---

[1] Em um estudo anterior (VILARA, 2004), sob o título “As Estratégias das Águas: Estação das Docas e Ver-o-Rio” verificou-se diferentes formas de planejamento e gestão na orla fluvial de Belém, adotados pelo Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal de Belém. Nesse momento, dois projetos foram analisados: o “Complexo Estação das Docas” e “Ver-o-Rio”, do Governo do Estado e da PMB, respectivamente.

[2] O metateórico ao qual nos referimos é tomado de SOUZA (2004) como conjunto de balizamentos epistemológicos, político-filisóficos e éticos que, ao mesmo tempo em que são nutridos por e sintetizam ou combinam reflexões teóricas e estudos empíricos específicos, motivam, influenciam e orientam pesquisas e reflexões subseqüentes. As metateorias das ciências sociais não são “superteorias” substantivas integradoras, mas são grandes matrizes de referência que, não raro são híbridos epistemológicos e político-filisóficos (como o materialismo histórico).

As práticas de planejamento e a gestão urbanos fazem-se presentes na orla de Belém de duas formas diferenciadas: o planejamento estratégico (com um viés pautado, sobretudo, no ideal de modernização da cidade, buscando torná-la competitiva em face ao mercado), e o planejamento participativo (com ações que primam pela escala humana no sentido de tornar a cidade mais aprazível para aqueles que dela fazem uso), implementados pelo Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal de Belém (1997 a 2004), respectivamente.

No que diz respeito ao modelo de planejamento implementado pela esfera estadual de governo, reconheceu-se no Complexo “Estação das Docas” os seguintes identificados por SOUZA (2002) para fins de caracterização do projeto: a) Idéia força-central: modernização da cidade. b) filiação estética: pós-modernismo, buscando estabelecer uma “harmonia” com o passado e presente e a combinação de diferentes concepções arquitetônicas e estéticas. C) grau de interdisciplinaridade: pequeno, pois a elaboração contou com a participação de técnicos que em sua maioria eram arquitetos. d) grau de abertura para com a participação popular: restrito, visto que a população não teve oportunidade de opinar e optar quando da tomada de decisão e na estrutura de gestão montada para o seu funcionamento. e) referencial político filosófico: pautado no ideário de competitividade do mercado turístico (VILAR, 2004, p. 12).

Desta forma, no que compete ao governo do Estado, analisando os projetos já implementados, podemos considerar que seu objetivo volta-se para uma estandardização da orla, levando em conta somente de maneira secundária as diferenças apresentadas pelos grupos sociais que compõem a cidade e que produzem e vivenciam os diversos fragmentos da orla.

A segunda tendência de planejamento e gestão urbanos presentes na cidade de Belém , e que será objeto de nossa maior atenção, tinha como características a implementação de práticas e instrumentos voltados à participação popular na condução das políticas de planejamento e gestão urbanos. Esse modelo de planejamento orientou um conjunto de políticas de intervenção para a orla fluvial da cidade que, na perspectiva do discurso do poder municipal, procurou enfatizar a participação popular visando resgatar o rio como elemento simbólico representante da dinâmica territorial ribeirinha da cidade.

A estratégia de atuação desta forma de planejamento buscou orientar-se pelo ideário mais geral das propostas de reforma urbana pensadas para a realidade brasileira. Neste sentido, pode-se destacar alguns elementos centrais desta forma de pensar a cidade, como, por exemplo, a participação popular, que, nos moldes propostos pelo ideário da reforma urbana, pressupõe a criação de mecanismos por parte dos governos, que incentivem e possibilitem a participação ativa da população na condução de políticas de planejamento para a cidade. Dessa forma, mecanismos como congressos temáticos, assembléias, fóruns, conselhos administrativos, plenárias, tribunas populares são possibilidades de canais de participação popular. Tais mecanismos devem abarcar os múltiplos agentes sociais, considerando toda a sua diversidade. Um segundo elemento tomado como referência na estratégia de planejamento e gestão alternativo seria a inversão de prioridades, Por esse princípio, as ações dos governos devem considerar prioritárias as necessidades básicas daqueles grupos mais excluídos, buscando minimizar os efeitos da segregação e espoliação urbana, procurando estabelecer a justiça social, objetivando, assim, fazer uma cidade de todos e para todos, fazendo com que os citadinos possam usufruir os diversos espaços que compõem a cidade por eles produzida. Para o ideário mais geral da reforma urbana, inversão de prioridades significa por em prática um projeto de desenvolvimento em que a questão social possui um papel primordial dentre os desafios do governo, promovendo, assim, uma ruptura com os padrões dos governos anteriores, que garantem e legitimam os privilégios das elites locais.

Intervenções Urbanísticas e Participação Popular: A Revitalização do Complexo Ver–o–Peso.

Este modelo de planejamento alternativo colocado em prática pelo poder público municipal em Belém orientou um conjunto de políticas de intervenção para a orla fluvial da cidade, tal como a ocorrida no complexo do Ver-o-Peso (localizado na zona central da orla), esta intervenção, pelo seu caráter simbólico para a cidade será objeto de análise, sendo considerada referencial empírico da forma de planejamento.

O Ver-o-Peso surgiu em 14 de agosto de 1682, fruto de um pedido realizado pelo governador do Estado do Maranhão e Grão Pará, general Gomes Freire de Andrade ao rei de Portugal, Dom João, para instalação de uma pequena balança e mesa para a instalação do “Haver do Peso”. O rei concedeu o pedido. (MEIRA FILHO, 1976). Não havia moeda corrente na época. Assim, o “Haver do Peso” servia de ponto de escambo. Os ribeirinhos que atracavam no “Haver do Peso” com farinha, por exemplo, e depois de deixarem a cota do Senado, podiam trocar a mercadoria por feijão, arroz e outras. Tudo valia o que pesava. Só em Belém o “Haver do Peso” ganhou a linguagem coloquial do caboclo, entrando para a história como Ver-o-Peso.(MEIRA FILHO, 1976).

O Complexo do Ver–o–Peso é formado pela Praça do Relógio, Praça dos Velames, Palacete Bolonha, os Mercados de Peixe e de Carne e a Feira do açaí. Estão instaladas diversas barracas e casas comercias populares onde são vendidos, desde carnes, peixes, legumes, frutas, artigos regionais, artigos de umbanda, ervas medicinais, roupas e bijuterias. Apesar de parecer um grande varejão, comum a outras realidades, a mistura e combinação de cores, cheiros e objetos é muito interessante, pois revela, ao mesmo tempo, uma pluralidade existente no espaço urbano, assim como uma particularidade da cidade.

O Ver-o-Peso é um lugar onde se encontra uma amostra do universo de variedades da realidade social paraense. O intenso movimento dos barcos e o vai e vem das pessoas empresta um belíssimo colorido à paisagem, já bastante atraente pela variedade de produtos expostos à venda.

Apesar de ser considerado símbolo da cidade, o Ver–o–Peso encontrou-se durante vários anos abandonado. Em virtude disso, a Prefeitura Municipal de Belém decidiu promover a revitalização do Complexo. Procurou-se através da Lei Mecenato, conseguir R$ 25 milhões para recuperar os prédios e garantir a limpeza e segurança do complexo, proporcionando um melhor local de trabalho para os feirantes e revitalizar um dos símbolos da história paraense.

Para restaurar o Ver-o-Peso, porém, foram necessárias várias ações. Não se pode negar que, apesar da importância histórica do complexo, o Ver-o-Peso concentra uma gama de problemas, muitos de difícil solução. A Secretaria Municipal de Saneamento procurava garantir a limpeza da área. Na primeira etapa da obra ocorreu a retirada de ocupações - isso inclui feirantes irregulares. Essas providências envolveram uma ação conjunta da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), com a Secretaria de Urbanismo (SEURB), Secretaria de Saneamento (SESAN) e Secretaria de Economia (SECON). A outra fase do projeto, inclui a restauração física do complexo e sua revitalização cultural. Para tanto, promoveu-se concurso público que buscou selecionar propostas metodológicas e projetos para restauração das edificações do complexo, visando à melhoria da qualidade e a revitalização de espaços urbanos contíguos do centro histórico de Belém.

O Plano Setorial de Revitalização do Centro Histórico de Belém “Ver – Belém”, é um plano urbanístico de área. Seu objetivo principal foi estabelecer diretrizes norteadoras de programas e projetos, que proporcionem o desenvolvimento urbano de Belém. Dentre os projetos elaborados, a PMB selecionou o Projeto Boulevard para iniciar o processo de revitalização do Centro Histórico de Belém. Tal projeto apresenta como objetivo principal a restauração e requalificação urbana e arquitetônica do Setor I[3], preservando as características sócio-econômicas e culturais.

Para promover as primeiras obras na área, a PMB promoveu o I Colóquio do Ver-o – Peso, que buscou aprofundar as discussões sobre questões como segurança, legislação e saneamento da área e contou com a participação daqueles agentes direta e indiretamente impactados, feirantes, lojistas, ambulantes e representantes da administração. O objetivo principal do Colóquio foi discutir a minuta de um decreto, que regulamenta o uso do Ver-o-Peso. Também foi discutida a constituição de um condomínio participativo com caráter consultivo, formado por variados agentes, como feirantes, reconhecidos pela Secretaria de Economia, lojistas, taxistas, fruteiros, barqueiros, balanceiros e guardadores de carro, que fazem parte da cooperativa que controla o estacionamento da área e do Distrito Administrativo de Belém. Tal condomínio apresentava como propósito auxiliar a PMB na gestão e administração da área, considerando a participação dos agentes. Com isso verificou-se que, no modelo analisado, a organização dos agentes constituía–se em um ponto crucial, para efetivar sua participação.

O que se vislumbra com isso é a validação de alguns quesitos levantados no plano teórico como a inversão de prioridades e a participação popular, ao se possibilitar, por exemplo, que os agentes que vivenciam direta e diariamente a realidade do “Ver-o-Peso” decidam os melhores caminhos para um melhor uso do espaço. Dessa forma, as decisões não se restringem a apenas uma esfera, possibilitando-se, assim, descentralizar as decisões, que prima pela participação popular e envolve diversos agentes e setores.

---

[3] O Setor I compreende áreas como o Complexo Ver–o–Peso, o cais do porto e o Boulevard Castilho França.

No que diz respeito ao alcance da obras, com a conclusão do projeto vislumbrou-se que as metas foram alcançadas quanto à infra-estrutura, melhorando as condições de trabalho dos feirantes e tornando mais aprazível esse belo cartão postal de Belém, reaquecendo o turismo e proporcionando um melhor uso do espaço por parte dos citadinos. Nesse sentido não ocorreu só uma melhoria física, mas também uma melhoria na qualidade de vida da população.

Vale lembrar que procuramos analisar mais intensamente se ocorreu a participação da população nessa intervenção urbanística. O que verificamos foi que durante a execução das obras a administração municipal teve a preocupação de inserir a população no processo, considerando os variados agentes, buscando saber quais as principais necessidades e de que maneira poderia se ter um melhor uso do Ver-o-Peso, expressado no Colóquio do Ver–o-Peso e no decreto que regulamenta o uso da área.

O que verificamos foi uma preocupação em consolidar a participação popular, buscando inserir no processo agentes envolvidos tanto direta quanto indiretamente. No entanto, torna-se necessário ressaltar que quando se busca informações sobre a origem, concepção e escolha do projeto, verifica-se que não ocorreu a participação dos agentes que seriam diretamente impactados, como os feirantes, por exemplo. Dessa forma, observa-se que embora tais agentes apresentem-se organizados e buscassem participar dessa fase fundamental do projeto, não ocorreu uma correspondência da PMB para fomentar a participação.

Nesse sentido, ao analisarmos mais especificamente a intervenção ocorrida, podemos dizer que houve muitas conquistas e avanços, no entanto o principio da participação popular apresenta limitações no que concerne à sua concretização, já que não foi levado em conta em sua plenitude, pois os agentes direta e indiretamente impactados não foram ao menos consultados sobre os rumos norteadores do projeto de revitalização.

Dessa maneira, observamos limitações no que diz respeito a efetiva concretização do modelo de planejamento e gestão democrático e participativo, já que a participação popular não deve se dar somente no âmbito mais imediato, mas também no âmbito mais prospectivo, o planejamento, visto que tal elemento é distinto no entanto complementar à gestão.

Desta forma, identificamos alguns limites na ação do planejamento participativo, no que cabe a uma intervenção ocorrida em um elemento representativo da identidade ribeirinha na metrópole. Embora na concepção de planejamento pensada pelo Poder Público Municipal, os elementos de justiça social, participação popular e inversão de prioridades sejam centrais no sentido de perceber a cidade como totalidade, o que se percebe e que quando verificamos a forma como foram pensadas as intervenções na orla da cidade, chega-se a conclusão que foram pensadas de forma pontual – considerando que o Ver-o-Peso fica localizado na orla central da cidade – e não a se considerar a totalidade da orla enquanto elemento fragmentário da cidade.

Isso nos leva a uma questão ainda mais grave, pois quando se analisa a diversidade de usos na orla fluvial de Belém, se verifica que em uma porção significativa deste espaço – a sua porção sul – existem espaços que revelam uma identidade territorial ribeirinha presente no contexto da metrópole, e que não foram consideradas nas políticas de intervenção para a orla.

Estes espaços serão analisados aqui como espaços que resguardam um importante resíduo de identidade ribeirinha em Belém.

3. As “ Margens” da Cidade não visualizadas pelo Planejamento.

Para além dos projetos realizados, entretanto, na orla fluvial da cidade, identificamos espaços que representariam a identidade territorial ribeirinha e que não tiveram a mesma atenção do ponto de vista das intervenções urbanas. Tratam-se de espaços de feiras, portos e trapiches como o Porto da Palha e o Trapiche do Ponto Certo (localizados na orla sul[4] da cidade), que se destacam pela existência de uma dinâmica *territorial* ribeirinha, que resiste no contexto metropolitano de Belém e que está envolvida por relações espaciais complexas e diversas. Estes espaços apresentam um conjunto de elementos espaciais/geográficos que nos permitem vê-los como portadores de uma cotidiana (re)produção de um tempo de vida ribeirinho existente na metrópole.

Para identificar uma identidade ribeirinha que se encontra em permanente transformação, é preciso recorrermos ao conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações que, presentes nestes espaços, permitem a (re)produção cotidiana de um tempo que não é hegemônico e que a cidade se esforça para esquecer.

A orla fluvial de Belém, enquanto fragmento, estabelece uma relação de complexidade com a totalidade da cidade, tal como sua importância enquanto lugar de vivência, de sociabilidades presentes nesta porção do espaço urbano belenense que possui um conteúdo tão particular, refletindo aspectos residuais de relações materiais/simbólicas representantes de uma identidade territorial ribeirinha ainda existente na cidade de Belém, identificada em espaços de feiras, portos e trapiches, como o ‘Porto da Palha’ e o e o ‘Trapiche do Ponto Certo’.

Estes espaços possuem como característica o fato de resguardarem uma identidade ribeirinha que é permanentemente (re)elaborada na metrópole, esta identidade (re)elaborada segundo MALHEIRO e PIMENTEL (2004) deve ser resignificada. Para os autores a localização próxima ao rio, exposta em trabalhos como os de CORRÊA (2003) e RIEPER (2003) é responsável por uma absolutização da noção de identidade ribeirinha, não permitindo considerar as transformações nas quais essa identidade esta envolta. Contudo, trata-se, portanto, de privilegiar tempos, ritmos, relações e, neste sentido, privilegia-se a relação com o rio como o primeiro critério para considerar esta identidade, pois são as interações desenvolvidas *com* este último as responsáveis por levarem a elegerem ser o tempo da natureza um dos principais elementos a influenciar a identidade ribeirinha. Um outro elemento pode ser encontrado no trabalho de TRINDADE JR. (2003). Este autor, com base em SANTOS (1999) e LEFEBVRE (1974), aponta que esta identidade se constitui por um conjunto de sistema de objetos espaciais/geográficos e sistema de ações histórico/culturais dialeticamente articulados, em meios aos quais devemos considerar

---

[4] No conteúdo do Plano de Reestruturação da Orla de Belém – PRO-BELÉM –, da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), não são pensadas ações para a porção sul da orla de Belém (cf. BELÉM, 2000).

> [...]interações e modos de vida que são estabelecidos entre os citadinos e rio, seja este tratado como via de transporte de importância fundamental, seja este considerado como fonte de recursos econômicos e de subsistência, seja ainda como um referencial simbólico intrinsecamente relacionado à vida do homem amazônico (TRINDADE JR., 2003, p. 3)

Além disso, a associação da identidade ribeirinha à localização absoluta não permite considerar suas transformações cotidianas. Entretanto, se a localização às margens dos cursos d'água não é responsável pela determinação desta identidade, tão pouco podemos pensá-la distante das margens de rios, baias, furos e igarapés. Neste sentido, concordando com TRINDADE JR. (2003), destacamos ser necessário considerar as orlas fluviais como critério alternativo ao de localização absoluta, pois sendo uma das frações do espaço urbano de maior contato com as vias fluviais, ela se apresenta como expressão sócio-espacial da interação cidade-rio. Assim, "a especificidade dessa orla está, em muito, relacionada aos tipos de usos decorrentes da interação imediata entre terra e água, que estabelecem, em geral, um contato/dependência, material e/ou simbólico(a), de maior intensidade em relação às águas" (TRINDADE JR., 2003, p.5).

Tal complexidade nos revela a importância de se resgatar aqueles espaços de vivência, enquanto elementos fundamentais do conteúdo urbano singular da cidade de Belém. Neste sentido, consideramos essencial o resgate de espaços como feiras, portos e trapiches, nas políticas públicas de intervenção urbanas, pensadas a partir do planejamento e da gestão municipal de Belém. Entretanto, ao analisar os conteúdos dos documentos referentes a tais intervenções, pôde-se observar que os espaços residuais como o Porto da Palha e o Porto do Ponto Certo, não têm sido potencializados nas atuais políticas urbanas de intervenção na orla fluvial de Belém, como tem demonstrado estudos feitos por TRINDADE JR et alii (2003).

Deste modo, ressaltamos a necessidade de compreender porque esses espaços não são pensados enquanto espaços de territorialidades ribeirinhas. Isso porque espaços como o 'Porto da Palha e o Porto do Ponto Certo', resguardam uma dimensão ribeirinha decorrente de vivências que precisam ser resgatadas no âmbito das políticas públicas[5], visto que possuem um conteúdo raro e residual daquilo que em algum momento foi fundamental às relações materiais e simbólicas do contexto urbano belenense.

Esse conteúdo está imbricado de um conjunto de características que pudemos identificar através de observação sistemática no Porto da Palha e no Trapiche do Ponto Certo, a partir dos diversos elementos representativos da identidade territorial ribeirinha presentes nestes espaços de representação. Dentre estes elementos, como já afirmado anteriormente por MALHEIRO e PIMENTEL (2004), estão: o rio, o barco e o trapiche. Estes elementos constituem a essência das relações materiais e simbólicas desenvolvidas no Porto da Palha e no Ponto Certo. Outros elementos correspondentes ao valor de troca, mas que fazem parte deste cotidiano singular, são os diversos tipos de produtos que podem ser encontrados ali, como a farinha e os variados frutos, que vêm das ilhas, marcando a relação entre a cidade e seu entorno, bem como as relações de vivência cotidiana, da proximidade entre os agentes que ali estão presentes diariamente. Neste sentido, outro elemento fundamental são as relações que possuem valor de uso, que podem tão facilmente ser apreendidas no Porto da Palha e no Ponto Certo.

---

[5] A busca pelo "resgate" da identidade ribeirinha através de projetos de intervenção urbana têm sido cada vez mais recorrente no jargão tecnocrático do planejamento urbano municipal, de modo que é possível observar no conteúdo do Plano de Reestruturação da Orla de Belém – PRO-BELÉM –, da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), que nas principais ações propostas são considerados somente 9 (nove) "conjuntos urbanos e arquitetônicos significativos", de modo que para as feiras, portos e trapiches constituintes da identidade ribeirinha desta parte da cidade, são pensadas somente ações de reorganização funcional e de normatização jurídica, como se elas fossem somente desorganizadas e compostas unicamente de atividades informais (cf. BELÉM, 2000).

A análise até então desenvolvida, demonstra que embora tenham sido criados espaços, que promovessem aberturas da cidade para o rio, tais espaços não resgatam o caráter ribeirinho na orla fluvial de Belém, criando o que o poder público denomina de "janelas para o rio", visto que estas servem apenas para a contemplação do rio, não permitindo um verdadeiro acesso da cidade para o rio, promovendo um distanciamento das relações simbólico/materiais tão marcantes da identidade territorial ribeirinha, em que o rio, os barcos e o trapiche constituem a essência das relações sócio-espaciais desenvolvidas no Porto da Palha e no Ponto Certo, de modo que, a todo o momento pode-se observar ali a ida e vinda dos barcos, as trocas comerciais, as relações de proximidade entre os indivíduos, fortalecendo a identidade territorial ribeirinha neste fragmento da cidade.

Neste sentido, a compreensão do Porto da Palha e do Ponto Certo, enquanto espaços em que existem relações de vivências cotidianas fortemente ligadas às sociabilidades ribeirinhas, por parte do planejamento e da gestão urbanas, deve primar pelo reconhecimento de um potencial participativo das organizações e interações, no sentido de resgatar, através dos agentes produtores das sociabilidades ribeirinhas, o caráter particular destes espaços. De modo que, a existência de tal potencial requer que o mesmo seja visualizado e reconhecido de maneira a mobilizá-lo face às políticas urbanas colocadas para a orla fluvial de Belém.

Considerações Finais

Buscamos ao iniciar este artigo apresentar duas tendências de planejamento e gestão urbanas que se colocam atualmente pra a cidade de Belém, especialmente no que se refere as recentes intervenções urbanísticas em sua orla fluvial. Encobrindo a concepção de planejamento das duas esferas de governo analisadas (municipal e estadual) há um discurso sobre o resgate da identidade ribeirinha – supostamente perdida – no contexto da Belém metrópole.

As estratégias para o suposto resgate desta identidade ribeirinha são por parte do Governo do Estado uma concepção de planejamento que se mostra muito mais a interesse de uma estandardização da orla fluvial – como visto no Complexo "Estação das Docas – levando em consideração aspectos ligado a questão do mercado turístico do que propriamente refletindo os elementos ribeirinho na orla de Belém.

Por outro lado, uma segunda estratégia de planejamento levado a frente pela esfera municipal de governo, alia elementos representativos da cultura ribeirinha em Belém, a um planejamento voltado a questões como justiça social e participação popular na condução destas mesmas políticas – como visto na revitalização do Complexo Ver-o-Peso. Entretanto, mesmo esta estratégia de planejamento urbano alternativo não consegue levar a seu último termo as propostas que visa implementar, isto fica claro quando analisamos a forma pouco participativa que se deu a condução do projeto de revitalização, ainda que esta forma de planejamento tenha conseguido implementar processos de inversão de prioridades no que tange a própria revitalização de um símbolo da identidade ribeirinha presente na cidade.

Desta forma, percebe-se a dificuldade das práticas de planejamento e gestão encontrarem os conteúdos mais vivos da cidade, aqueles que não vemos, mas estão sendo (re)produzidos cotidianamente nas sociabilidades presentes na produção da vida social. Esta percepção fica mais evidente quando consideramos os espaços de vivência ribeirinhas negados pelo planejamento e que estão presentes, ainda que como resíduo, na representação da metrópole. O fragmento da vida urbana, representado pela identidade ribeirinha ainda presente na cidade de Belém, o qual não pode ser pensado sem que consideremos suas articulações com a cidade da qual faz parte, possui uma ordem espacial constituída por um conjunto de objetos espaciais/geográficos e de ações que compreendem *o rio*, *os barcos* e *o trapiche*, além de outros objetos característicos dessa identidade que se combinam no e por meio do trapiche, como os paneiros, as sacas de farinha, os sacos de carvão, objetos da troca de seus agentes.

Neste caso, há de se considerar as feiras, os portos e os trapiches objetos de nosso estudo como constituídos por relações de vivências, marcadas pelo desenvolvimento de interações; e de sobrevivências, as quais têm no circuito inferior (SANTOS, 1979) um de seus principais atributos.

O cotidiano urbano desses espaços nos mostrou que, por um lado, as atividades econômicas existentes nesses lugares, como o comércio de verduras e de frutas regionais; a comercialização do açaí, da farinha, do carvão, da banana, entre outros que, por se prestarem a atender a uma demanda da população local, pouco capitalizada e imersa ainda em relações de troca baseadas em muito no crédito pessoal, ilustram a existência do circuito inferior e representam a feira enquanto *espaço para sobrevivência*, tal qual nos falam MALHEIRO e PIMENTEL (2004).

Entender estes espaços e dar-lhes a importância que tem para a cidade é também uma tarefa a ser lavada adiante pelo planejamento, um planejamento que possa finalmente pensar a cidade enquanto mediação[6] e para tanto pensar a partir disto em uma cidade regulada por uma política da diferença.

---

[6] "A cidade é uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre o plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal e não ser para a mediação" (LEFEBVRE, 2001, p. 46, grifos do autor).

Referências Bibliográficas

CORRÊA, Maria Terezinha. **Ribeirinhos do Madeira.** Disponível em:<http:www.unir.br/~primeira/artigo95.html> Acesso em: 14/fev./2003.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MALHEIRO, B. C. P; PIMENTEL, M. A. A face ribeirinha de Belém: espaços de (sobre) vivência na diferença. In: TRINDADE JR, S. C. (Org.). **A orla fluvial de Belém**: paisagens, usos e representações. Belém: UFPA, 2004. (relatório de pesquisa)

RODRIGUES, E.; NOVAES, J. S. (Orgs.). **Luzes na floresta:** o governo democrático e popular em Belém (1997-2001). Prefeitura Municipal de Belém, 2002.

RODRIGUES, E.; NOVAES, J. S.; ARAÚJO, R. L. S. **Congresso da cidade:** construir o poder popular reinventando o futuro. Belém: Labor Editorial, 2002.

RODRIGUES, E.; NOVAES, J. S.; ARAÚJO, R. L. S. **O futuro de Belém é o povo que decide.** Belém, 2001.

RIEPER, Ana **A economia ribeirinha e os tempos da natureza.** Disponível em: <http:www.naveiadorio.fot.br/aeconomiaribeirinhaeostemposdanatureza.doc> Acesso em: 03/out./2003.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo:Nobel, 1987(Coleção espaços).

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2004.

SOUZA, M. L. **O Desafio Metropolitano:** Um Estudo sobre a Problemática Sócio-Espacial nas Metrópoles Brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, M.L. **Mudar a Cidade:** Uma Introdução Crítica ao Planejamento e a Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair. Cordeiro da. et alii. De “cidade ribeirinha” à “cidade das águas”: apropriação espacial e gestão do uso do solo na orla de Belém. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, 2002, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2002, n/p. 1 CD-ROM.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia:** uma leitura a partir de suas orlas fluviais. Belém: UFPA, 2003 (Mimeo).

__________________. **A Orla de Belém**: espacialidades e temporalidades na interação cidade-rio. Belém, 2000. (Mimeo).

__________________. **Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia:** uma leitura a partir de suas orlas fluviais. Belém: 2003 (Mimeo).